

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – ESCOLA DE GESTORES

**GESTÃO ESCOLAR:
INTERAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA**

Autora: Nairu Sizuyo Yamamoto Yamanaka

Orientadora: Andréa Barbosa Gouveia

Curitiba, Fevereiro de 2010

RESUMO

A participação da comunidade escolar na gestão democrática da escola pública, busca uma construção sólida e ativa de valorização das instâncias colegiadas, para efetivação de uma educação participativa, oportunizando as tomadas de decisões com os segmentos representativos do estabelecimento de ensino. A busca de uma educação de qualidade comporta em seu bojo um trabalho de parcerias diretamente com os interessados pelo resultado satisfatório, sendo essencial as tomadas de decisões inerentes aos aspectos administrativos, pedagógicos "ensino aprendizagem", determinando os passos corretos em direção de uma educação emancipadora, capaz de construir e constituir o cidadão de saberes científicos contextualizados com a realidade que o mesmo está inserido. Construir uma educação eficiente, certamente é possível através desta verdadeira participação das famílias na escola, pois o envolvimento de todos com suas opiniões, questionamentos contribuem para que haja de fato, uma gestão escolar democrática.

ABSTRACT

The school community's participation in the democratic administration of the public school, looks for a solid and active construction of valorization of the instances collegiate's, for efetivação of an education participative, oportunizando the sockets of decisions with the representative segments of the school.

The search of a quality education, holds directly in his/her salience a work of partnerships with the interested parties for the satisfactory result, being essential the sockets of inherent decisions to the aspects administrative, pedagogic "teaches learning", determining the correct steps in direction of an education emancipator, capable to build and to constitute the citizen of you know scientific contextualization with the reality that the same is inserted. To build an efficient education, certainly it is possible through this true participation of the families in the school, because the involvement of all with their opinions, questions contribute so that there is in fact, a democratic school administration.

1-INTRODUÇÃO

A participação da família na escola, demonstra um indicativo de distribuição de responsabilidades, a medida que existe o conhecimento dos pais e comunidade, sobre os problemas e necessidades que a escola possui, esta abertura significa a democratização do ambiente escolar, provocando a interação dos colegiados que compõem a comunidade escolar, com destaque notório para as famílias e sua participação ativa na construção de uma educação fundamentada nas diretrizes curriculares apresentadas pela escola em contraste com a realidade social vivida pelos usuários da escola.

Através deste trabalho será abordado que contribuições a participação da família na escola, pode trazer de forma concreta no processo ensino aprendizagem, tendo por embasamento a avaliação contínua de todas as ações dirigidas pela equipe pedagógica, corpo docente e agentes administrativos do estabelecimento de ensino.

Este estudo tem como finalidade refletir sobre os caminhos seguidos pelo colegiado de um estabelecimento de ensino. Diagnosticando as limitações e sucessos, que podem proporcionar uma reflexão e ação em prol da melhoria da participação popular da comunidade escolar nas reuniões, assembléias, atividades e eventos culturais, buscando de forma direta e ativa, tomar decisões que possam fortalecer e enaltecer os princípios e objetivos educacionais propostos no projeto político pedagógico do estabelecimento de ensino.

2-REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1-Participação

Ato ou efeito de participar. Do Latin participar é fazer saber; informar, anunciar, comunicar.

O ato de reunir, está diretamente relacionada com a participação de pessoas que possuem objetivos semelhantes, quando um grupo de pessoas com interesses mútuos querem planejar atividades, marcam um dia e horário para que juntos possam tomar decisões importantes ao

grupo.

A participação de associados e pertencentes a uma instituição, obedecem ao princípio da igualdade de opiniões na busca de uma decisão democrática, que contemple a vontade da maioria dos participantes.

Participar de uma instituição ativamente, é estar envolvido nas situações que acontecem, não meramente com o nome em um determinado cargo ou lista de presença mas, participar significa ouvir e ser ouvido, além de constituir registros em documentos elaborados no decorrer das tomadas de decisões na instituição.

A participação em reuniões de cunho institucional, têm um precioso registro denominado ata, que exerce um papel fundamental na aplicação prática das tomadas de decisões, conforme a situação discutida e definida são encaminhados aos órgãos competentes para autenticação e registro cartorial, visando a transparência e clareza dos objetivos traçados em uma reunião, para procedimentos que beneficiem direta ou indiretamente a comunidade pertencente a instituição.

Na escola se for considerada pela estrutura física, ela não acontece, mas a partir da existência de professores, funcionários e principalmente alunos e suas famílias, o espaço físico torna-se um ambiente educativo e, a participação da comunidade constitui um verdadeiro espaço democrático, em busca da formação científica e da cidadania.

A instituição escolar necessita da participação da sociedade envolvida na escola através de seus filhos, ou mesmo por um vínculo de proximidade geográfica, e interesse na melhoria da qualidade do trabalho realizado dentro da escola, em prol do ensino aprendizagem.

LIBÂNEO (2004, p. 137) descreve sobre a função social da escola, afirmando que:

A principal função social e pedagógica da escola é a de assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos de pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética. Para isso, faz-se necessário superar as formas conservadoras de organização e gestão, adotando formas alternativas, criativas, de modo que aos objetivos sociais e políticos da escola correspondam estratégias adequadas e eficazes de organização e gestão.

A escola a partir do momento que tem claro sua função social e pedagógica, têm a participação social da comunidade como principal aliado, na construção e organização de escola que possa unir os objetivos de desenvolvimento cognitivo aos objetivos políticos e sociais.

O entendimento da comunidade referente a educação escolar, só ocorre a partir das práticas educacionais com caráter social, sejam estas através de reuniões que envolvem a comunidade escolar nas discussões sobre os rumos da educação, o valor dos ensinamentos na vida real dos alunos,

Este processo de acompanhamento da educação pela comunidade torna-se possível, com o insistente trabalho de conscientização para que haja a participação e, após consolidar esta prática de participar, a comunidade inicia outro processo de envolvimento com os temas e situações problemas detectados diariamente na estrutura e organização escolar.

2.2-Brasil e o Início da Participação na Escola

A idéia de gestão democrática tem uma relação estreita com a democratização do país, que considerou o poder da sociedade nas decisões relativas à escolha de governantes e legisladores, priorizando a participação da população.

O processo democrático pressupõe diretamente a participação dos interessados, que decidem sobre alterações e mudanças sociais, quando elegem ou participam de movimentos, seminários e outros diversos mecanismos que permitem às pessoas de forma coletiva tomar decisões.

Na vida política do país, a partir da democratização, a população obteve o direito de escolher através do voto os legisladores do município, do estado e do país, além do poder de eleger prefeito, governador e presidente. No cumprimento do mandato cabe a cada político eleito, representar de forma legítima a população que elegeu, buscando constantemente a participação dos interessados, para que atinja na íntegra os objetivos para o qual foi eleito.

A participação na vida política, não é restrita somente na hora do voto, mas se estende por todo o mandato do político, permitindo que a população possa ter vez e voz na política, em qualquer instância que o político esteja.

Com a abertura política do país, possibilitou na área da educação a politização dos participantes, sendo aos poucos discutidos o papel social da escola dentro da sociedade.

LIBÂNIO(1992, p. 35), fez a seguinte afirmação: “O poder público não tem cumprido suas responsabilidades na manutenção do ensino obrigatório e gratuito. Falta uma política nacional de administração e gestão do ensino, os recursos financeiros são insuficientes e mal empregados, as escolas funcionam precariamente por falta de recursos materiais e didáticos, os professores são mal remunerados, os alunos não possuem livros e material escolar”

Ao analisar o histórico obtido nas duas décadas, torna-se possível perceber algumas alterações neste quadro, considerando que foi válida as observações e pressões no sentido de conquistar melhorias no sistema.

A gestão do ensino, com a aprovação da nova lei de diretrizes e bases da educação, conseguiu alguns avanços, embora sejam estes tímidos e impositivos tem sua conotação de autonomia as escolas, proporcionando ao ambiente escolar um espaço de discussão e debates contínuos referente ao ensino aprendizagem.

Na história da educação brasileira, desde o início do século XX, os educadores procuram uma forma que seja possível na melhoria do sistema em benefício ao usuário. Através do “manifesto dos pioneiros da educação nova, elaborado por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores brasileiros, líderes do movimento de “renovação educacional”, ROMANELLI, (1991, p.145), surgiu as leis orgânicas do ensino, a tendência educacional batizada como renovada, que em seu método de ensino o professor era o facilitador da aprendizagem ao aluno, pois devia sempre motivar para o aluno aprender fazendo. Estas propostas foram direcionadas a uma valorização do aluno com a visão de fortalecer seu compromisso individual enquanto cidadão e estudante, entendendo a democracia neste aspecto como a igualdade de condições do professor e alunos que podiam discutir sobre os assuntos da aula respeitando os limites da vida grupal. LUCKESI (1990, p. 58)

Durante o século as tentativas de melhoria na educação continuaram acontecendo, novas tendências pedagógicas foram elaboradas, até chegarmos nas tendências consideradas de cunho progressista.

LUCKESI (1990, p. 67), explicando o papel da escola na tendência

progressista libertária:

Papel da escola – A pedagogia libertária espera que a escola exerça uma transformação na personalidade dos alunos num sentido libertário e autogestionário. A idéia básica é introduzir modificações institucionais, a partir dos níveis subalternos que, em seguida, vão “contaminando” todo o sistema. A escola instituirá, com base na participação grupal, mecanismos institucionais de mudança (assembléias, conselhos, eleições, reuniões, associações etc.), de tal forma que o aluno, uma vez atuando nas instituições “externas”, leve para lá tudo o que aprendeu. Outra forma de atuação da pedagogia libertária, correlata á primeira, é – aproveitando a margem de liberdade do sistema – criar grupos de pessoas com princípios educativos autogestionários (associações, grupos informais, escolas autogestionárias).

É interessante notar que a visão expressa como libertária pode não estar sendo aplicada na íntegra Brasil a fora, mas demonstra claramente que os objetivos da educação vão além de apenas “ler e escrever”. Atualmente o Colégio Teotônio tem atuado numa perspectiva do trabalho coletivo, envolvendo os pais dos alunos em todas as atividades e tomadas de decisões, sempre orientando sobre a importância da educação formal, para atuar ativamente na sociedade.

A aplicação desta tendência pedagógica diretamente aos alunos tem o funcionamento mais eficiente quando se trata de jovens e adultos, mas a inserção do Projeto Político Pedagógico do Colégio Teotônio, nesta visão progressista está vinculada a participação dos pais e responsáveis na gestão escolar.

Vale ressaltar que as tendências pedagógicas de cunho progressista, marcam a história na educação, a aproximação e valorização da família na escola, considerando a importância dos conhecimentos científicos para atuação na sociedade e os culturais do cotidiano para melhor compreensão dos saberes científicos.

Os rumos educacionais em relação a tendências pedagógicas contemporâneas, têm outras nomenclaturas, mas suas raízes estão exatamente na redemocratização do país a partir da segunda metade do século XX e, as preocupações de educadores com uma educação contextualizada.

2.3 Participação da Família

A prática de uma participação da família e membros da comunidade fundamenta o conceito democrático na gestão escolar, que permite a compreensão

e interpretação aprimorada dos processos que envolvem diretamente o ensino aprendizagem dentro do ambiente escolar, demonstrando a importância de um trabalho dialógico em busca de concretizar a educação sistemática.

LIBÂNEO(2004, p. 102) descreve sobre a participação da seguinte forma:

A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos, pais.

A concepção da gestão escolar relaciona diretamente direção e comunidade escolar a qual está representando, no âmbito educacional para que haja de fato uma educação com indicadores há uma transformação social e, neste aspecto é preciso engajar no ofício de provocar a presença dos envolvidos, visando despertar o interesse pelas causas educacionais pertinentes ao sistema educacional e específico de cada estabelecimento de ensino.

Independente da abrangência que a comunidade escolar, se grande ou pequena, a necessidade de relacionar com a comunidade se traduz pela participação dos membros, com vistas a garantias de decisões resultantes da politização dos participantes no tocante aos assuntos inerentes ao funcionamento da organização escolar.

A participação faz acontecer o trabalho educativo de forma colaborativa e solidária, pela oportunidade de distribuição de responsabilidades, cooperação e diálogo, e acima de tudo a aproximação da comunidade com a equipe diretiva da escola, proporcionando uma afinidade nas discussões e definições relativas ao ensino aprendizagem.

(PARO, 2008, p. 47) referindo a participação da comunidade, afirmou:

Assim, se estamos interessados na participação da comunidade na escola, é preciso levar em conta a dimensão em que o modo de pensar e agir das pessoas que aí atuam facilita/incentiva ou dificulta/impede a participação dos usuários. Para isso, é importante que se considere tanto a visão da escola a respeito da comunidade quanto sua postura diante da própria participação popular.

Ao referir-se aos usuários, o autor faz uma menção a todos os pais, alunos e comunidade, que diretamente ou indiretamente usufruem dos trabalhos educativos prestados por um estabelecimento de ensino, apontando esta coletividade como essencial na construção e transformação do processo educacional, ao considerar o desempenho escolar, avaliação escolar, avaliação institucional, disciplina, indisciplina e principalmente a formação do aluno/cidadão, resultante da díade “ensino e aprendizagem”.

Escola e família têm os mesmos objetivos: fazer a criança se desenvolver em todos os aspectos e ter sucesso na aprendizagem. As instituições que conseguiram transformar os pais ou responsáveis em parceiros diminuíram os índices de evasão e de violência e melhoraram o rendimento das turmas de forma significativa.” (GENTILE, 2006, p.32)

O maior sucesso que uma instituição de ensino aguarda dos alunos, é uma aprendizagem verdadeira e significativa, construída com o trabalho contínuo envolvendo educadores e comunidade escolar. Os laços de relacionamentos entre a família e escola contribuem positivamente no desenvolvimento do aluno, por conta da proximidade com a escola.

A formação do aluno compreende aspectos importantes que vão além de aprender a ler e escrever, pois a vida em sociedade exige do ser humano, um saber capaz de transformar os mecanismos e seus efeitos do cotidiano existentes, demonstrando resultados de sucesso na aprendizagem.

Esta valorização e sucesso da aprendizagem considerando a transformação dos mecanismos sociais, estão interligados ao processo de participação dos pais e responsáveis na escola, que fortalecem os vínculos educacionais elevando os interesses do alunado.

2.4-Instâncias Colegiadas

A gestão democrática compreende as instâncias colegiadas que representam os segmentos de forma organizada dentro da estrutura funcional e democrática do Estabelecimento de Ensino, com propósito e finalidade de somar as ações conjuntas, para que a realização das atividades voltadas a formação dos alunos, sejam direcionadas por um trabalho que envolve conhecimentos da

realidade apresentados pela sociedade através dos seus representantes, e de forma simultânea, os conhecimentos científicos e técnicos construídos com os profissionais da educação que atuam diretamente no processo ensino aprendizagem.

Valorizar a participação das instâncias colegiadas na escola, trás um significado importante já adotado no Estado de forma genérica, que se denomina a descentralização das ações de governo no trato com as políticas públicas em quaisquer áreas de atuação e atendimento à população. Na aplicação e desenvolvimento das políticas educacionais, de forma descentralizada, a escola recebe a atribuição de determinada autonomia, quando procura promover esta abertura do processo educacional, para ocorrer a participação de todos os segmentos com suas opiniões e visões da educação, sempre tendo embasamento o contexto social que a escola está inserida.

Ao descentralizar através das instâncias colegiadas, a participação no processo educacional da escola, permite um diálogo direto com as pessoas que constituem representantes do setor público na educação. Neste caso os professores e funcionários, juntamente com representantes da sociedade ou comunidade escolar, neste caso os pais, alunos e pessoas das proximidades da escola, que ao discutirem e debaterem assuntos pertinentes a organização educacional da escola, tomam decisões coletivamente.

A distribuição de pessoal nas instâncias envolve os diferentes segmentos da comunidade escolar, com intuito claro e objetivo de obter a voz da diversidade, isto da total liberdade de expressão dos segmentos a partir dos pontos de vistas individuais, que ao serem somados constituem a visão comum do coletivo.

Interpretar a realidade vivenciada por cada representante nas instâncias colegiadas, possibilita confrontar com a realidade que acontece dentro do estabelecimento de ensino, produzindo desta forma as decisões que contribuem diretamente aos interesses da comunidade pertencente, tendo por princípios a formação, por meio de uma educação emancipatória.

2.4.1-Conselho de Classe

Os trabalhos realizados no Conselho de Classe objetivam estabelecer entre direção, equipe pedagógica, corpo docente uma avaliação diagnóstica, com

levantamento de dados sobre as situações problemas e estratégias para a recuperação de estudos em cada bimestre.

A proposta de trabalho mediante os resultados de cada bimestre é compromisso de todos envolvidos no processo de desenvolvimento integral do educando. A realização de visitas domiciliares após o conselho de classe e durante o bimestre, busca junto às famílias subsídios, que apontem novas estratégias no acompanhamento do aluno na escola, as sugestões apontadas pelas são aplicadas conforme as situações pedagógicas exigir, sempre visando a recuperação dos filhos.

2.4.2-O Conselho Escolar

O Conselho Escolar instituído nas escolas públicas com respaldo legal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96 em seu artigo 3.º referente aos princípios e fins da educação nacional, prevendo “gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino.”

As ações do Conselho Escolar concentra na atuação em conjunto com todo o trabalho escolar desenvolvido no estabelecimento de ensino, é representativo da comunidade escolar, de natureza deliberativa, consultiva e avaliativa visa a organização e realização de um trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes, assegurada pela Secretaria de Estado da Educação e mantenedora.

O Conselho Escolar tem por finalidade promover a articulação entre os vários segmentos organizados da sociedade e a escola, a fim de garantir a eficiência e a qualidade do seu funcionamento. A composição do Conselho Escolar, abrange a direção, professores, equipe pedagógica, funcionários, pais de alunos, alunos, comunidade organizada representativa de movimentos sociais.

A participação eqüitativa dos segmentos no Conselho Escolar, permite um trabalho afinado e consistente da gestão escolar, criando um ambiente educacional democrático que realiza levantamentos dos problemas educacionais enfrentados pela escola, sendo discutidos a dimensão de cada situação detectada, além de elaboração de propostas a serem desenvolvidas para atacar os problemas.

2.4.3-APMF – Associação de Pais , Mestres e Funcionários

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários, é um órgão de representação do corpo docente e discente, não tendo caráter partidário, religioso, raça e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros e proporciona aos alunos condições de opinar e participar de todo o processo escolar e contribuir com a instituição escolar, através do gerenciamento dos itens:

- contribuição comunitária;
- compra de materiais diversos de consumo e até permanentes;
- conservação física da escola;
- acompanhamento da ação pedagógica e acompanhamento da aplicação das receitas da escola, entre outros.

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários, deve exercer papel determinante na parte administrativa e pedagógica do Colégio, como na avaliação e execução do projeto político pedagógico e regimento escolar; na luta para que projetos em parcerias com a Secretaria de Estado da Educação e outros órgãos públicos e privados, sejam viabilizados atendendo as necessidades da comunidade escolar.

2.4.4-Grêmios Estudantis

É um órgão das instâncias colegiadas, com a participação dos alunos nas decisões, favorece a integração, onde estarão desenvolvendo projetos que possam envolver os estudantes de forma geral, concedendo a todos responsabilidades e metas para ser atingidas dentro da organização estudantil existente no Colégio, possibilitando um trabalho coletivo de resultados voltados principalmente a cidadania.

As atividades com os representantes de turmas, estará possibilitando o acompanhamento dos resultados didáticos pedagógicos e administrativos do Colégio, considerando o papel importante do interlocutor dos alunos que pode apresentar as propostas de melhorias analisadas e debatidas pela turma, numa avaliação bimestral e eventual, sobre os trabalhos gerais no estabelecimento de ensino, com finalidade de construir uma solução adequada no sentido de melhorias.

Nesta concepção de valorização das instâncias colegiadas, a prática docente constitui uma atitude significativa diante dos alunos, considerando o valor existente no conhecimento que o educador constrói coletivamente junto aos alunos e demais segmentos responsáveis pelo andamento das atividades educacionais.

2.4.5-Instâncias Colegiadas e Gestão Escolar

Compreender o papel das instâncias colegiadas, permite à gestão escolar um trabalho transparente, onde todas as situações são submetidas a plenária dos representantes legítimos da comunidade escolar, que num processo de gestão democrática na escola, procura mobilizar e articular as decisões, pautadas nas vivências culturais de cada segmento.

A descentralização e criação das instâncias colegiadas, não se resolve pelo decreto ou resoluções governamentais, mas pelas ações conjuntas do coletivo escolar, buscando satisfazer não aos interesses estatais ou dos moradores da comunidade, mas de fato às expectativas legítimas resguardadas na constituição e leis, relativas aos direitos da classe estudantil receber a educação transformadora, construída de forma a superar a dicotomia entre os conteúdos científicos e os saberes da cultura social.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, (2006, p.16), referente a tendência filosófica intercultural:

A tendência filosófica de uma educação intercultural está assentada no princípio pedagógico mais amplo do acolhimento da diversidade, isto é, o reconhecimento dos outros como sujeitos de sua individualidade, portadores de uma identidade cultural que deve ser reconhecida no processo ensino aprendizagem. A educação intercultural perpassa a organização escolar, o tipo de relações humanas que existe entre os profissionais e os usuários da escola, o respeito a todas as pessoas que nela trabalham.

No entanto, toda a articulação direcionada a concretização de um projeto coletivo, deve ser um processo permanente de construção, dinâmico e obviamente marcado pela diversidade e pelos distintos modos de ver e interpretar a escola, isto é, nem sempre a direção conseguirá traduzir na totalidade seus anseios, pois a

participação permite novos rumos na organização escolar.

A gestão escolar com instâncias colegiadas participando, tende a quebrar a cultura de escola já impregnada, provocando um movimento diferente e determinante na vida escolar, criando novos paradigmas que podem mudando e transformando a rotina de todo o processo educativo.



1-Reunião das Instâncias Colegiadas

docentes, certamente tem procurado ensinar aos futuros professores um pouco sobre a organização escolar, sendo visto nas disciplinas que estuda a estrutura e funcionamento do ensino, didática e prática de ensino, organização do trabalho pedagógico e nas aulas de estágio supervisionado, com a finalidade específica de conscientizar os professores sobre a importância do processo organizacional na aprendizagem dos alunos.

Formação específica na área educacional, com disciplinas destinadas a compreensão da organização do trabalho pedagógico, não garante total condições de aplicar diretamente na escola as teorias apresentadas nos livros, o essencial para fortalecimento do processo organizacional da escola é, a participação da família e colegiados representantes dos segmentos da comunidade escolar.

O exercício de participar da família na escola, precisa ser praticado pela instituição escolar, caso contrário são poucas as famílias que possuem o hábito de ir à escola como se fosse natural, do acompanhamento do filho e do processo organizacional da escola.

A participação da família na escola, cabe no entanto a organização da gestão escolar, promover ações que possibilite o interesse das famílias em participar, além de desenvolver na comunidade escolar o senso de estar presente, ou seja é necessário mostrar a estes usuários da escola que o sucesso e fracasso, compete a todos os envolvidos.

O planejamento da gestão escolar deve assegurar a participação da comunidade escolar, para que os procedimentos em relação aos recursos financeiros bem como as prioridades em sua aplicação, os recursos materiais e os planejamentos culturais pedagógicos do estabelecimento de ensino, possam seguir as mudanças e alternativas aprovadas por esta comunidade.

As decisões num processo de gestão democrática não pode restringir-se, apenas em recursos materiais e financeiros, mas também nas ações educativas promovidas por todos os funcionários, professores, equipe de apoio pedagógico e direção, considerando que o papel exercido individualmente, incidem diretamente na formação educacional dos alunos, podendo resultar numa educação para reprodução da sociedade ou em uma formação emancipatória com subsídios que podem transformar a vida e a sociedade.

PARO, (2008, p. 52):

A questão da participação na execução envolve ainda uma importante contradição que parece comum no discurso dos que se põem contra a participação da população na gestão da escola pública. Trata-se da pretensão da população dos usuários na gestão do pedagógico, por conta do aludido baixo nível de escolaridade e da ignorância dos pais a respeito das questões pedagógicas, ao mesmo tempo que se exige que os mesmos pais participem (em casa, no auxílio e assessoramento a seus filhos) da execução do pedagógico, quando o inverso nos pareceria o razoável. Embora não sejam formados em Pedagogia, em Matemática ou Geografia, parece que os pais têm sim conhecimento suficiente para exercer certa fiscalização e contribuir, pelo menos em parte, na tomada de decisões a respeito do funcionamento pedagógico da escola.

A gestão democrática na escola pública ocorre com a participação efetiva dos profissionais da educação e pessoas da sociedade que têm vínculo de pais ou responsáveis por alunos matriculados na instituição de ensino, o respeito pelas opiniões dos representantes da comunidade escolar, devem ser respeitados e aplicados quando for relativo a atitudes, considerando a importância do ponto de vista apresentado em relação a organização da escola.

Independente do nível escolar dos usuários, quando os educadores enviam atividades escolares domiciliares, pedem aos pais ou responsáveis que colaborem incentivando os filhos para que cumpram as obrigações, estas solicitações das escolas são com justificativas, “que mesmo se não souberem ler” que façam a orientação aos alunos, pois é muito importante a participação na vida escolar dos filhos.

Quando a gestão escolar pede a participação dos pais e responsáveis nas decisões importantes da organização escolar, está executando uma ação semelhante àquela das ajudas nas tarefas, mas desta vez a solicitação está relacionada gestão democrática participativa, envolvendo todos os representantes em benefício da melhoria e qualidade da educação da respectiva escola.

A importância da participação dos pais na gestão escolar, pode ser reforçado ao notar pelas evidências que a escola não tem conseguido resolver todos os problemas educacionais, mesmo que todos os profissionais atuantes na escola sejam formados na educação. Percebe-se que não é o fato de entender de pedagogia, matemática, história e outras disciplinas escolares, torna-se essencial compreender a forma que os usuários da escola conseguem assimilar os conteúdos disciplinares, além de entender como é visto a gestão escolar.

2.5-Colégio Teotônio Vilela

O Colégio que será objeto de estudos deste trabalho, trata-se do Colégio Estadual Senador Teotônio Vilela – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, sendo constituído de espaço social democrático, composto pelos alunos e seus familiares, professores, funcionários e por demais membros da comunidade.

A prática educacional é considerada como um ato político a partir do pressuposto que é um ato humano, ou seja, confirmando Aristóteles que afirmou “o homem é um animal político”, todas as suas ações são políticas na medida em que são ações tomadas dentro de uma coletividade, tendo as influências da aplicação dessas ações também nessa coletividade.

Historicamente falando, a educação sempre esteve preocupada com a formação do cidadão, sua capacidade de se relacionar com a realidade, intervir pessoalmente, para aceitar, rejeitar ou transformar, sendo capaz de superar os condicionamentos da situação, exercendo autonomia e liberdade.

O Colégio tem como princípio proporcionar ao aluno o domínio dos saberes científicos de modo a dotá-lo de conhecimentos que lhe permitam melhor compreender a realidade e atuar de forma crítica, criativa e competente como cidadão e como profissional.

Nessa perspectiva, a realidade cotidiana dos alunos constituem pontos de partida obrigatórios para se encaminhar o processo de aprendizagem. É no espaço do diálogo e da reflexão que eles começam a tomar consciência de sua própria atividade cognitiva, aprendendo a geri-la e aperfeiçoá-la. Pensando sobre o próprio pensamento, dão início à construção de sua autonomia intelectual. Neste sentido, admitir a necessidade de transformar as práticas educativas, requer clareza teórica e política na organização do trabalho pedagógico.

O Colégio Teotônio tendo por base esta visão de uma educação emancipatória, utiliza sua prática educativa como um ato político que reúne a diversidade em busca da transformação coletiva, sendo necessário para esta prática, as famílias com suas contradições, os representantes dos segmentos escolares nas instâncias colegiadas organizadas pelo Colégio.

2.5.1-Reuniões com a Participação da Família

O Colégio Teotônio possui nas suas metas de ação, uma proposta de aproximação entre famílias e escola, sendo realizado o trabalho através de visitas às famílias com finalidade de e reuniões diversas, buscando a compreensão constante das necessidades sociais participação da família na escola.

A realidade social que pertence a comunidade de pais e alunos do estabelecimento de ensino, é considerada de baixa renda, as necessidades econômicas da maioria dos pais e responsáveis por alunos, são manifestas na vida diária que demonstram precisar de atuar em trabalhos temporários, cuja remuneração fica aquém dos recursos considerados para a sobrevivência.

Quanto aos filhos estudantes, muito cedo precisam de colaborar em alguns dos afazeres de casa, seja nos cuidados de irmãos pequenos, limpeza da casa ou até serviços que possibilitem o aumento na renda familiar.

Deste modo temos uma situação em que merece certamente acompanhamento constante para de fato construir uma consciência de participação na formação do filho, apresentando aos pais a importância de conquistar espaços na vida através do saber científico e cultural.

PARO, (2008, p. 51), referindo a participação da família, expressou: “Às vezes, essa maior potencialização dos membros da comunidade para opinarem e reivindicarem maior espaço na tomada de decisões na escola parece constituir motivo para se evitar que a população participe mesmo na execução, quer diretamente com sua ajuda nos serviços da escola, quer indiretamente pelo pagamento de taxas com a da APM.”

As opiniões quando informais, as pessoas se sentem mais a vontade, mas quando necessita de registros e comprometimento, ocorre determinado nível de resistência, natural do ser humano e, neste caso em específico ao tratar de famílias simples que moram na periferia e possuem pouca influência nas decisões sociais, ela se sentem até mesmo constrangidas de utilizar os seus direitos de participar.

Diante de situações semelhantes às apresentadas pelo autor, o Colégio Teotônio através de seus colegiados, tem valorizado cada pai ou responsável que

matriculou e confiou seu filho nesse estabelecimento de ensino.

Apresentar o papel da escola às famílias contribui diretamente com o processo de permanência do aluno na escola, ao considerar o fato que os pais passam a compreender o verdadeiro papel da escola, certamente irão se preocupar com a formação e participar mais da vida escolar.

A visita da escola por meio da direção ou equipe pedagógica, nas residências do alunado, produz um efeito positivo na valorização do espaço que eles vivem, despertando e elevando o interesse dos responsáveis por retribuir a visita pois sentem que a aproximação da escola pode lhe conceder momentos importantes de discussão e aprendizado aos pais e principalmente ao filhos.

A partir deste verdadeiro intercâmbio entre escola e família, torna-se possível uma gestão compartilhada, onde a família tem o seu papel exercido de forma relevante, embora não se pode negar que no início dos contatos, existe uma certa resistência em estar freqüentando a escola, pois a visão sobre escola para muitos, "é coisa do governo e, não depende de nós", no entanto a atuação da gestão escolar na mediação do trabalho educacional desenvolvido pela escola, toma uma dimensão de política educacional, a partir da participação ativa da família na escola.

A gestão escolar acontece dentro desta perspectiva de participação dos principais usuários da escola, sendo organizado momento de reuniões e atividades culturais para que os responsáveis possam atuar na condição de protagonista do processo educacional deste Colégio.

As visitas dos responsáveis tem a intencionalidade de oportunizar aos mesmos, que possam ir além da participação, mas também suggestionar mudanças possíveis, no andamento das aulas, os pais acompanha seu filho e toda uma turma durante o período que abrange todas aulas, ou algumas limitadas conforme sua condição.

Esta prática tem se materializado como um aspecto positivo, na gestão escolar, permitindo uma visão específica da situação da sala de aula, na medida em que os pais percebem como se dá a relação professor e aluno, torna-se possível entender os sucessos ou não do processo ensino aprendizagem.

Diante da efetivação desta medida pedagógica, os responsáveis na sua grande maioria, estão realizando uma cobrança maior nos compromissos e tarefas de seus filhos em casa, além da constante participação no Colégio em busca de

entender as atividades repassadas aos filhos.

Esta prática participativa tem politizado os pais no sentido de reivindicarem junto à direção, estratégias diferentes com vistas a melhoria na qualidade dos serviços educacionais oferecidos.

Outro aspecto muito valioso na participação das famílias, estão vinculados a reunião em que apresenta os rendimentos escolares, onde os pais têm a oportunidade de expressar suas dúvidas e apresentar sugestões sobre a prática educativa.

Durante a reunião os pais tem a oportunidade de inquirir junto aos professores, todos os dados relativos ao rendimento do filho, considerando a participação nas tarefas, avaliações diversas ocorridas durante o período, critérios adotados em todas as atividades.

Embasado nestes dados diagnosticados, os pais fazem suas propostas à direção e professores, quando acreditam que alguns problemas na aprendizagem dependem da melhoria do trabalho escolar, principalmente com as informações que estes já possuem da sala de aula, quando estiveram participando junto com o filho.

PARO, (2008, p.52), referindo-se a participação das famílias na escola, afirmou que:

A participação na execução envolve ainda uma importante contradição que parece comum no discurso dos que se põem contra a participação da população na gestão da escola pública. Trata-se da pretensão de negar legitimidade à participação dos usuários na gestão do pedagógico, por conta do aludido baixo nível de escolaridade e da ignorância dos pais a respeito das questões pedagógicas, ao mesmo tempo que se exige que os mesmos pais participem (em casa, no auxílio e assessoramento a seus filhos) da execução do pedagógico, quando o inverso nos parecia razoável. Embora não sejam formados em Pedagogia, em Matemática ou Geografia, parece que os pais têm sim conhecimento suficiente para exercer certa fiscalização e contribuir, pelo menos em parte, na tomada de decisões a respeito do funcionamento pedagógico da escola.

A contradição sobre o papel dos pais no estudo dos filhos, está relacionado a cobrança diária dos professores para que os alunos sejam acompanhados em suas tarefas, pelos responsáveis com a finalidade de aprender através da fixação das atividades estudadas ao longo do dia ou da semana.

A partir do momento em que os responsáveis são intimados a corresponderem diariamente na ajuda aos filhos, certamente as cobranças

deduzem que estes entendem dos conteúdos, quando de repente ao contrário, os mesmos pais resistem em participar de decisões importantes da escola, considerando que tem pouca leitura.

Neste aspecto torna-se importante admitir que muitas vezes, mesmo a escola adotando uma proposta pedagógica de cunho progressista, alguns profissionais ainda veem os pais como opositores que não merecem crédito, devido a baixa compreensão da escola, sendo necessário a conscientização dos profissionais sobre a importância do trabalho coletivo e, a valorização do papel da família educação dos filhos.

É indispensável ressaltar que o início desta atividade por parte dos pais, há uma certa dificuldade na expressão das suas angústias relativas ao andamento das aulas. O gestor através dos representantes dos diversos segmentos do Colégio, buscam dialogar com os pais para diminuir as preocupações existentes, pelo fato que muitos pais temem possíveis prejuízos que o filho possa ter, em decorrência da participação ativa nas situações administrativas e pedagógicas do Colégio.

Alguns casos, os pais ainda ficam inseguros deste processo democrático e, procura a sala da direção para desabafar, com a primeira interrogação “vai acontecer alguma coisa com meu filho?”, isto significa a necessidade de continuidade na conscientização do papel dos usuários na escola.

As interrogações demonstram que as mudanças vão ocorrendo gradativamente, isto é, aos poucos a prática democrática vai tomando formas e acontecendo dentro do ambiente escolar, com significativo exemplo à sociedade.

As sugestões de mudanças são diversas, sendo: postura do professor em sala de aula, pulso firme nas decisões para demonstrar sua autoridade, metodologia que não chama atenção dos alunos, falta de controle da sala, além de pedirem para a equipe pedagógica e direção assistam aulas e verifiquem se tem como substituir o profissional. Estes procedimentos são explicitados com a finalidade de avanços qualitativos na educação, por ser uma reunião democrática que permite a participação da família, emitindo suas opiniões e parecer referente aos estudos de seus filhos.

O Colégio organiza atividades com a participação de toda comunidade, como por exemplo, anualmente é promovido o momento da família na escola, envolvendo na organização professores, funcionários alunos e membros das

instâncias colegiadas, com objetivo de apresentar as atividades culturais, dança, música, teatro, vídeos educativos, cartazes, poesias e outras atividades intelectuais, consideradas um banho de cultura aos participantes.

Todos os alunos se preparam de forma que possam demonstrar os talentos aos pais e comunidade apresentando, exibindo músicas e utilizando os instrumentos diversos, a dança que valoriza toda uma história direcionada à importância da família, também seu destaque pois sempre após estas aparições no Colégio, os alunos são convidados pelo município e região.

O teatro, vídeos, cartazes, poesias são referentes ao papel importante da família na escola, valorizando a presença da comunidade com demonstração que a educação pode transformar cidadãos.

Esta prática educativa e cultural está de acordo com o Projeto Político Pedagógico, (2006, p.14), “Esta visão de uma sociedade voltada para a formação do cidadão completo, que possa ser livre no sentido de buscar o próprio espaço dentro da comunidade em que vive, identificando as tendências de um mundo em evolução que tem por rotina as transformações contínuas em todas as áreas de trabalho, descortinando uma novidade social, que o ser humano precisa estar atento, independente do nível escolar que esteja cursando.”

O Colégio tem uma concepção humanitária de cidadão, que deve ser valorizado em suas raízes, para ter a oportunidade de alcançar o conhecimento científico embasado na sua realidade social.

2.6-Resultados de uma Gestão Escolar Democrática

A direção do Estabelecimento de Ensino tem engendrado esforços contínuos e incansáveis na promoção de um trabalho educacional eficiente, que possa traduzir os anseios por formação de qualidade.

Segundo o PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO do Colégio Estadual Senador Teotônio Vilela, (2006, p. 22):

A Gestão Democrática, ao se efetivar como prática de decisões, será capaz de garantir a participação de todos os membros da comunidade escolar, construindo um processo permanente de reflexão e discussão por problemas da escola. Sendo

chamados a pensar, avaliar, agir coletivamente, todos devem assumir o papel de co-responsável no processo educativo da comunidade escolar. No âmbito pedagógico, esta administração dá ênfase ao trabalho cooperativo e solidário, vinculando o cumprimento social e político da educação escolar, para a formação de um cidadão participativo, responsável, crítico e criativo.

O Colégio Estadual Senador Teotônio Vilela – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, adotou uma gestão democrática e participativa que oportunize uma reavaliação constante, embasado nos levantamentos de problemas e possíveis correções.

A participação de toda comunidade escolar na prática do projeto político pedagógico, permite um enfrentamento coletivo que possa romper com a concepção técnico-científica que centraliza as decisões, resumindo no cumprimento de normas que vem de cima para baixo.

O caráter impositivo do Estado em relação a diretrizes e cumprimento de metas relativos aos escassos recursos enviados à escola, dificultam a gestão do trabalho escolar, por engessar certos mecanismos necessários para o funcionamento do complexo escolar.

Diante desta realidade, se faz necessário o empenho árduo da direção para que o processo pedagógico, com finalidade do ensino aprendizagem consiga de fato estabelecer-se por meio da participação dos usuários diretos dos “serviços educacionais”, de forma que o acesso e permanência do aluno na escola, (previsto na legislação) possa ser assegurado.

A complexidade do trabalho relativo a gestão escolar, se confirma ao deparar diante da situação em que a escola possui um leque de desdobramentos contínuos de problemas, pertencentes às dimensões administrativa e pedagógica, sendo o alvo principal, o ensino aprendizagem significativo.

Os desdobramentos dos problemas na gestão, remete à necessidade constante do trabalho ser coletivo, por considerar essencial a participação de direito, como se fosse um dever do cidadão.

PARO, (2001, p.40) faz referência democracia, afirmando que:

Se a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares de direito”, mas também como “criadores de novos direitos”, é preciso que a educação

se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se portanto a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata.

Obstáculos existem independentes da visão do gestor escolar, mas as dificuldades são maiores, quando a proposta defendida vincula-se a uma gestão participativa e democrática, por sinalizar um processo contínuo de escolhas onde a prática deve estar em conformidade aos interesses da maioria dos envolvidos.

Através da correlação de forças, concepções e valores estabelecem prioridades que determinam o dia a dia da escola, sempre ancorando nas tomadas de decisões em conjunto.

No Colégio Teotônio, o trabalho de aproximação de pais, responsáveis e instâncias representativas, tem demonstrado grandes avanços no processo de ensino aprendizagem, pela interação e construção efetiva da participação da família no interior da escola.

As visitas às famílias têm gerado a reciprocidade na participação, apontando que o fato da família ser ouvida em suas opiniões, fortalece e estreita os laços entre a escola, diminuindo consideravelmente os problemas de indisciplinas de sala de aula.

A abertura à participação da família, transforma o movimento numa pressão social, que lhe é de direito, provocando em toda equipe de direção, pedagógica, professores e funcionários, um interesse maior no atendimento de qualidade aos pais e alunos.

As reuniões de pais ou responsáveis, são realizadas com objetivos de ver rendimentos mas, também diagnosticar a situação do aluno para que seja compreendido na íntegra as atividades avaliativas que o aluno foi submetido durante o bimestre, critérios comumente utilizado na aferição dos conceitos.

Esta oportunidade dos pais em procurarem saber durante a reunião, sobre os sistema de avaliação, metodologias e critérios que resultam nos números do rendimento do seu filho, teve como iniciativa da gestão escolar, que acatou o pedido feito pelos membros representantes dos pais e de alunos no Conselho Escolar.

No dia que acontece a reunião, muitas vezes não é possível encontrar todos os professores, por estar em outro estabelecimento de ensino, nestas situações os pais agendam junto à equipe pedagógica, a fim de esclarecer todos os

detalhes e dúvidas em relação a participação e rendimento do filho nas respectivas disciplinas.

A partir desta iniciativa houve algumas resistências pelo corpo docente da escola devido o comodismo e por não gostarem de mudanças, que acarretam uma atitude pontual, mas com a prática constante dos pais em requerer estes dados, os educadores de forma geral estão conscientes desta resposta a ser repassada com fundamentos aos interessados.

É importante ressaltar que a avaliação não é única questão debatida nas reuniões, como também são questionados a respeito dos problemas de em relação a limpeza do Colégio, a segurança das salas de aula, a necessidade de portas, janelas, o fechamento dos portões, o alambrado, cantina, casa do zelador, merendas, iluminação do pátio.

Os levantamentos com base nos questionamentos nestas reuniões, são registrados para que em tempo hábil, possa ser submetidos a apreciação do plenário Conselho Escolar e Associação de Pais, Mestres e Funcionários, para os devidos encaminhamentos.

Este processo de participação vêm colaborando gradativamente com o despertar das famílias que a partir dos exemplos de colegas, tem procurado seguir aos mesmos e, de forma democrática estão exercendo seus direitos de cidadão, contribuindo à formação do filho e para com a coerência e transparência do processo ensino aprendizagem.

A cultura da participação, não acontece por acaso e nem ocorre imediatamente, a partir do momento que o gestor tomou iniciativas democráticas, o fato concreto é que a população, conscientiza aos poucos, porque somente a prática de um “ato” por várias vezes, poderá provar que a pessoa já compreendeu. Neste caso da família, é preciso sempre estar mobilizando, por meio de comunicação diversas, seja pelo site, bilhetes, panfletos, ofício, carro de som, ofícios e outros, que possam atingir de forma maciça os usuários da educação escolar.

LIBÃNEO, (2004, p. 101), refere-se a concepção de direção, afirmando o seguinte:

Por exemplo, numa concepção técnico-científica de escola, a direção é centralizada numa pessoa, as decisões vêm de cima para baixo, bastando cumprir um plano previamente elaborado, sem participação dos professores, especialistas e usuários da escola. Já numa concepção democrático-participativa, o processo de tomada de decisões se dá coletivamente, participativamente. A direção pode, assim, estar centrada no indivíduo ou no coletivo, sendo possível uma direção individualizada ou uma direção coletiva ou participativa.

É importante realizar esta análise das diferenças existentes, como forma de comparativo entre uma gestão que não tem o princípio democrático, e outra que possui na essência as decisões democráticas. A abertura da participação em reuniões coletivas de todo colegiado, configura diretamente uma concepção voltada para democrático, uma vez que a concepção técnica científica, apenas copia, centraliza e repassa aos demais as tarefas e atitudes que devem ser tomadas.

Conforme Libâneo, a concepção de gestão é independente, da comunidade escolar, pois quem faz a opção pela prática de uma gestão democrática ou centralizada é, a direção que possui tal autonomia.

O Colégio Teotônio tem por sua vez procurado constantemente, estar contemplando a participação de todo colegiado escolar, articulando as famílias dos alunos e comunidade, seguindo o Projeto Político Pedagógico que prevê as constantes intervenções.

3-CONCLUSÃO

O trabalho desenvolvido referente a participação e gestão escolar, possibilitou a busca de referente à comunidade escolar, seus problemas e as necessidades relativas a participação na escola.

Através da análise relativa a participação das famílias e instâncias colegiadas nos acontecimentos do Colégio Estadual Senador Teotônio Vilela, tornou se possível compreender a realidade que está inserida a comunidade e, o valor do trabalho.

Foi possível entender que de fato os pais têm um potencial enorme, de idéias e argumentações em defesa de uma escola de qualidade, fortalecendo o processo ensino aprendizagem a partir dos questionamentos e sugestões sobre as formas de metodologias e avaliação da aprendizagem.

As famílias mantém sua visão muito atenta ao caráter pedagógico da

gestão escolar, e reconhecem que o diferencial em relação a participação está no fato da direção conceder a abertura, motivando-os para tal.

A constituição do colegiado e a constante participação de todos os segmentos representando a comunidade escolar, exerce um papel fundamental na disseminação dos interesses da família em relação a gestão escolar.

O diagnóstico relativo a participação nota que os pais estão habituando cada vez mais em comparecer nas reuniões, assembléias e eventos culturais e outras atividades que envolvem a escola.

Mediante a análise de todas os dados apresentados no questionário aplicado com as famílias em confronto com o projeto político pedagógico do estabelecimento de ensino, tem sido possível uma educação participativa, cumprindo a proposta pedagógica relativa a tendência filosófica intercultural, que tem como princípio a organização escolar, embasada na participação ativa da comunidade na gestão escolar.

O fortalecimento dos princípios e objetivos educacionais já estão acontecendo neste Colégio, pois a participação da família e instâncias colegiadas na gestão escolar, tem sido uma constante a ponto de provocar mudanças e transformações detectadas na criação de hábitos entre a comunidade escolar, de propor alternativas para a melhoria da qualidade dos serviços, sejam estes estruturais, pedagógicos e administrativos.

No entanto a democracia considerada jovem no Brasil, também pode ser equiparada com a escola, porque as famílias e educadores estão conhecendo o processo de gestão democrático, através da “prática da participação”, construindo o ensino aprendizagem capaz de emancipar os educandos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996.

GENTILE, P. Abrir as porta à participação de familiares e da comunidade ajuda os alunos a ter sucesso na vida escolar e colabora para diminuir a evasão e a violência.

São Paulo. **Revista Nova Escola**. Ano XXI, n.º 193., p.33 Junho/julho 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992, 263 p

_____ **Organização e gestão da escola. Teoria e prática**. 5.ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004, 319 p.

LUCKESI, J.C. **Filosofia na educação**. São Paulo: Editora Cortez, 1990, 263 p.

PARO, V.H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Editora Xamã, 2001, 144 p.

_____, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3.ed. São Paulo: Editora Afiliada, 2008, 119 p.

VILELA, C.E.S.T. **Projeto político pedagógico**. Assis Chateaubriand, PR. 2006. 60 p.

ANEXO

Resultados dos Questionários aplicado com as Famílias

Com objetivo de analisar o nível de participação das famílias na escola, foi elaborado um questionário (anexo), direcionado ao levantamento de dados relativos a cinquenta famílias, da comunidade escolar.

Gráfico 1 - Com que freqüência visita a escola de seu filho?

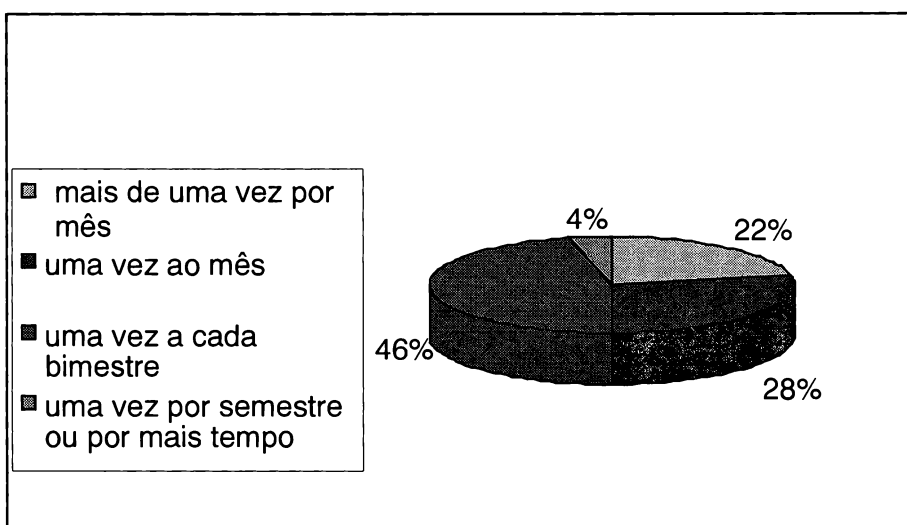


Gráfico 2 - Você acompanha seu filho nas tarefas escolares?

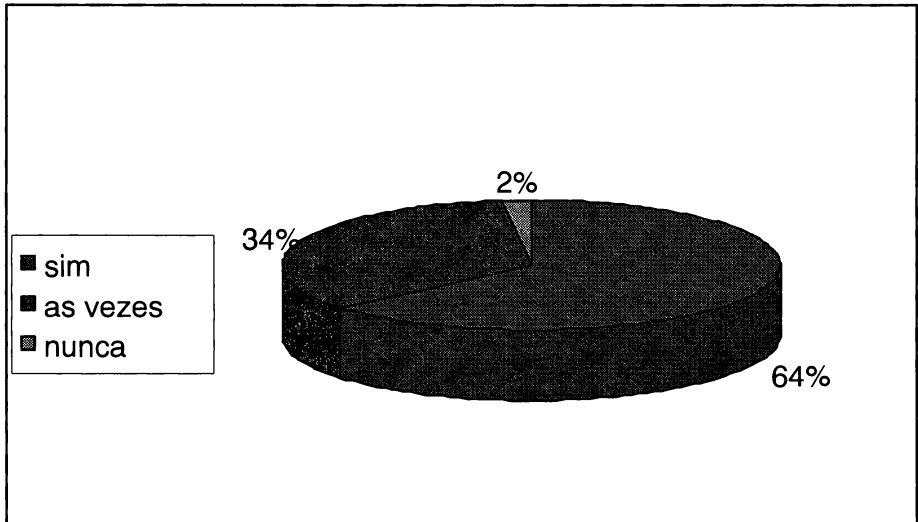


Gráfico 3 - Comparecem nas reuniões de pais?

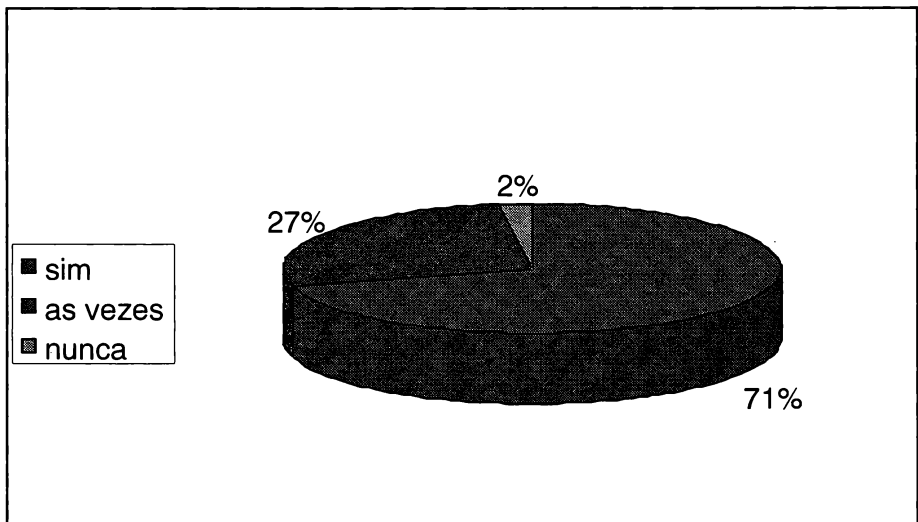


Gráfico 4 - Quando vai a escola você procura quem?

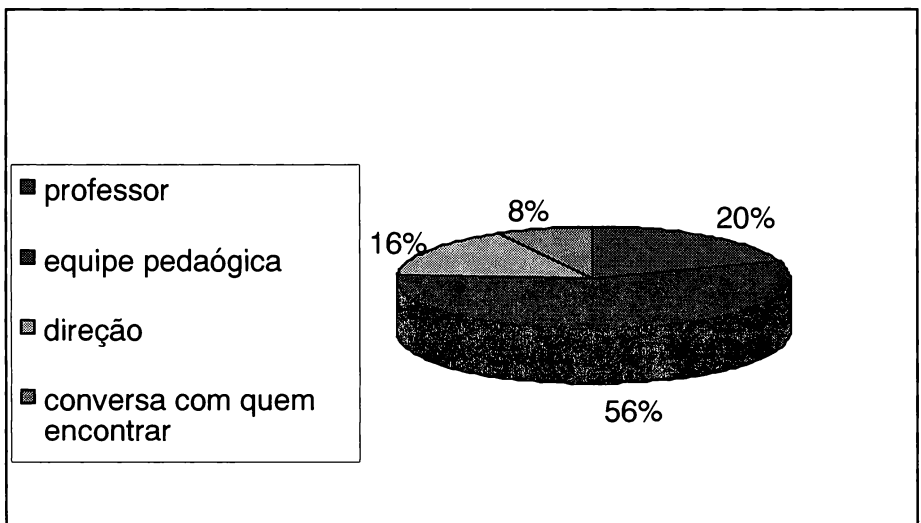


Gráfico 5 - Você já ouviu falar em conselho de classe?

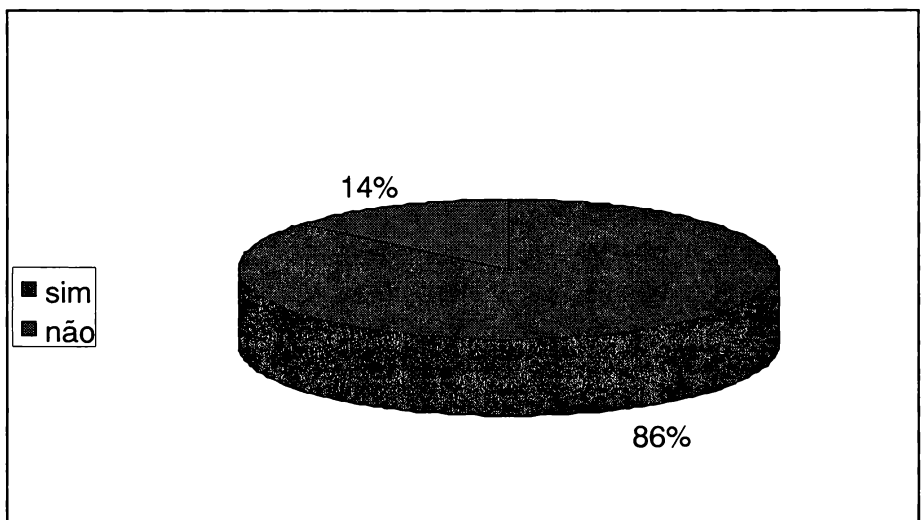


Gráfico 6 - Conhece alguém que faz parte do conselho escolar e APMF?

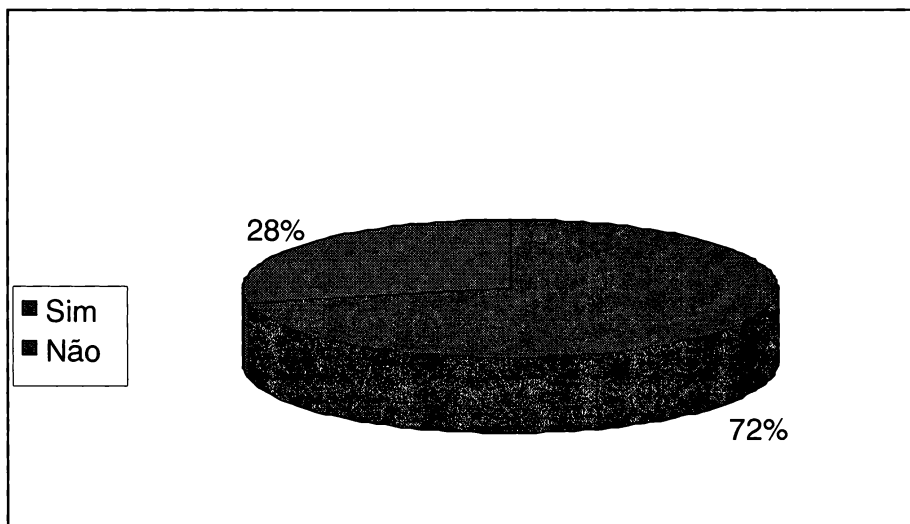


Gráfico 7 – Quando participa de reuniões na escola, que questionamentos faz?

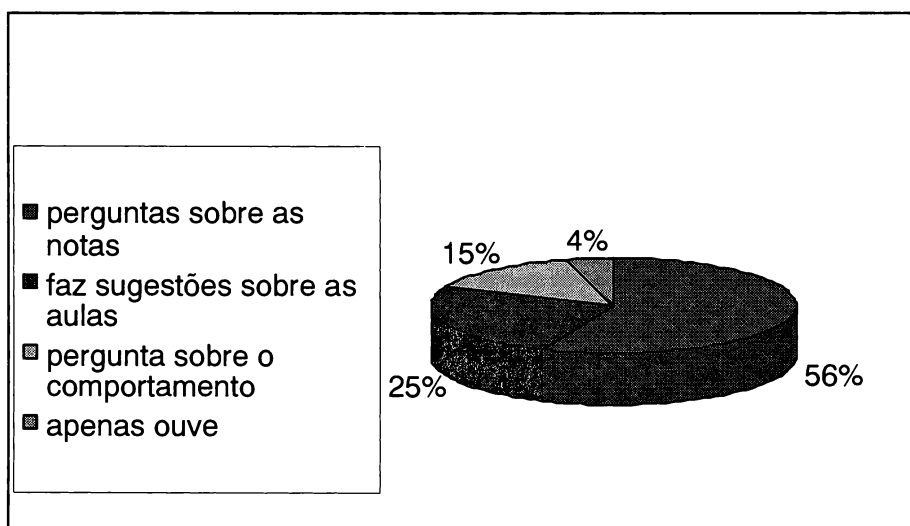


Gráfico 8 Acredita que as opiniões dos pais na escola ajuda melhorar na formação dos filhos?

